

VIVA O DESENVOLVI- MENTO REGIONAL E LOCAL! AS ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E DE UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*

Alberto Melo

Presidente da ANIMAR (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local)

* Lição proferida na ULHT, no dia 13 de Dezembro de 2001, no momento da assinatura de um protocolo de colaboração entre a ULHT e a ANIMAR.

Tem vindo a impor-se nos últimos anos, acelerando e generalizando os seus efeitos à escala planetária, uma organização da economia, e por conseguinte das sociedades, exclusivamente fundada na procura de índices máximos de crescimento. Índices cuja medição se efectua através de instrumentos da Contabilidade Pública – como o PNB ou o PIB – perfeitamente inadequados para avaliar o estágio de desenvolvimento de um qualquer país. Trata-se aqui de medidas unicamente quantitativas e de base monetária, pois só registam as transacções anuais expressas em dinheiro. Deixam assim de fora muitas actividades essenciais à vida em sociedade, como as trocas solidárias não monetárias ou o trabalho voluntário. Deixam igualmente de fora a riqueza de um país, para só contabilizar os rendimentos dela retirados. Por exemplo, o valor de uma floresta tropical não é incluído no PIB enquanto se mantém viva, e só o será se for vendida em pranchas ou toros, ou se sofrer um incêndio que provoque a intervenção de aviões ou helicópteros... Quer isto dizer que o PIB, por um lado, omite dimensões essenciais ao desenvolvimento de um país, e, por outro lado, abrange indistintamente, tanto as transacções que poderão elevar a qualidade de vida como aquelas que resultam de incidentes negativos para a vida de uma população ou de um indivíduo. Por exemplo, o terramoto destruidor de Kyoto contribuiu bastante para uma subida do PIB japonês; de igual forma, um automobilista inconsciente contribuirá mais para o crescimento (através do pagamento de facturas de reparação, ou da compra antecipada de novo carro, ou de serviços médicos) do que um condutor prudente e seguro...

Para mais, todo este dispositivo quantitativista foi colocado ao serviço de velhas teorias, de novo reabilitadas, de que o «homem é o lobo do homem», de que o mundo não é mais que uma selva de competitividade onde, num processo de darwinismo social, vencerão sempre os mais fortes. Um contexto social e ideológico, em que à regulação política – definida pela inteligência e pela vontade humanas – se vem substituindo «a mão invisível do mercado», onde tudo é efeito da oferta e da procura, onde cada coisa (se não mesmo cada pessoa) tem o seu preço. É um tempo em que se pretende impor o poder absoluto da Economia (esta transformada afinal em mera Finança), traduzida hoje, não em ciência senão em catecismo universal, um tempo em que se pretende fazer reinar o poder do dinheiro, praticamente sem restrições.

Não é pois de surpreender que as desigualdades socio-económicas entre pessoas, grupos, regiões, países, continentes, se tenham agravado drasticamente nos últimos 20 anos, e se tenha acelerado de forma dramática a degradação ambiental, multiplicando-se os desastres ditos naturais.

Por um lado, esgotam-se os recursos não renováveis, ardem e destroem-se as florestas, degradam-se os solos, os lençóis freáticos, os

rios e os oceanos são envenenados. Desaparecem anualmente 27.000 espécies, derramam-se na natureza 100.000 produtos nocivos diferentes... E tudo isto numa situação como a actual em que, dos 6 biliões de pessoas, apenas 1 bilião terá índices mais elevados de consumo.

Por outro lado, a diferença de rendimentos per capita entre os países mais ricos e os países mais pobres não pára de crescer: de 11 para 1, em 1870; de 38 para 1 nos anos 60; de 60 para 1, nos anos 90. E igualmente diferenças gigantescas, insuportáveis mesmo, à escala individual. Como, por exemplo, dentro da grande multinacional Disney, onde ainda recentemente, o Director (Michael Eisner) ganhava 97.000 dólares por hora (20 mil contos) e o operário birmanês que manufacturava as t-shirts do Mickey Mouse ganhava 7 cents por hora (15 escudos). Uma diferença de 1 para 1 milhão e 400 mil!

Vivemos sob o impacto de uma geo-estratégia baseada predominantemente nos chamados «pólos de acumulação», espaços físicos ou virtuais onde se garantam os mais altos índices de crescimento, os mais elevados níveis de rentabilidade, de criação de lucros, de multiplicação da massa monetária. Espaços que tendem a concentrar-se cada vez mais e, por consequência, a excluir grandes sectores da população, do território, das actividades humanas a nível mundial. Esta é uma lógica de selecção, de marginalização, de exclusão. Quanto mais crescimento assente em tais premissas – economismo, monetarismo, quantitativismo, concentração, externalização dos efeitos negativos, individualismo antissocial – maiores serão as crises que nos aguardam (crises rurais, crises urbanas, crises ambientais, crises culturais, crises políticas...) e menor será o nosso desenvolvimento, pessoal ou social, a nível local ou à escala planetária.

E neste estado de coisas, onde as «negatividades», a nível social como ambiental, se estão visivelmente agravando, onde uma maior e melhor intervenção humana se torna cada vez mais necessária e urgente, o espaço público está paradoxalmente a ser reduzido: espaço público, que não é só o campo da intervenção dos políticos, mas num sentido mais amplo, deve ser visto como o conjunto de recursos, de problemas, de preocupações, de actividades que constituem um património colectivo – a «coisa pública» – e que como tal deve ser objecto de análise, de decisão, de acção conjunta por parte dos cidadãos, organizados para esse efeito. É sintomático já, a este respeito, o processo de democracia participativa integrado na preparação do orçamento municipal, que se desenrola em Porto Alegre, desde 1988, como igualmente em Belo Horizonte e mais de uma centena de municípios brasileiros. E já com disseminação a Montevideo (capital do Uruguai) e a alguns municípios da Catalunha; tendo até inspirado uma recente mas tímida iniciativa no Concelho de Palmela, em Portugal.

Já vi escrito que o caracter chinês que representa o conceito de «crise» é composto por dois elementos, um deles significa «perigo» e o outro «oportunidade». Seja ou não verdade, o que é um facto é que das

actuais crises emerge sem dúvida o perigo da destruição (súbita ou prolongada no tempo) dos valores que deram alicerces à evolução da Humanidade, da destruição das conquistas civilizacionais e das sociedades que hoje conhecemos, senão de toda a biosfera no nosso planeta. Como surge igualmente dessas crises a oportunidade de conceber, experimentar, avaliar, disseminar alternativas de melhoria, de progresso, de crescente bem estar e felicidade para os humanos e demais formas de vida. E, em minha opinião, a pequena-grande diferença entre o perigo e a oportunidade estará na vontade, na confiança, na capacidade das pessoas se assumirem realmente como pessoas, na integridade das suas necessidades e dos seus recursos, procurando a sua construção pessoal permanente, através da interacção com a natureza, com o mundo físico, e através da interacção com os demais, com a sociedade, graças a um activo empenhamento na política. Política com «p» grande, isto é, acção dentro do «espaço público».

Um empenhamento activo na política pressupõe naturalmente uma democracia mais participativa; e hoje um empenhamento político prioritário é, sem dúvida, a luta por um desenvolvimento social e ecologicamente sustentável. Apontam-se correntemente os seguintes treze indicadores gerais na definição de uma sociedade sustentável, com base na Agenda XXI adoptada pela Conferência de 1992 no Rio de Janeiro:

- 1) Sempre que possível, as necessidades locais são satisfeitas localmente
- 2) Todos têm acesso a alimentação, água, habitação e energia de boa qualidade e a custos suportáveis.
- 3) Todos têm oportunidades para realizar trabalho gratificante dentro de uma economia diversificada; o valor do trabalho não remunerado é reconhecido, enquanto as remunerações resultantes do emprego são distribuídas com justiça e sem variações excessivas nem arbitrarias.
- 4) Todos têm acesso à produção/aquisição de competências, conhecimentos e informações necessários a uma plena participação na sociedade.
- 5) Todos os sectores da sociedade têm o direito, o dever e as capacidades para participar nos diferentes processos de análise, concepção e tomada de decisão no «espaço público», como por exemplo, numa elaboração faseada dos orçamentos locais, regionais e nacionais.
- 6) A saúde é protegida através da criação de ambientes – de vida e de trabalho – seguros, limpos e agradáveis, e de serviços médicos que dêem prioridade à promoção da saúde, à prevenção da doença e aos cuidados mais adequados à pessoa de cada doente, reconhecido este como sujeito da sua própria vida e do seu próprio corpo.
- 7) Todos devem poder viver sem medo de violência, seja esta provocada pela criminalidade ou pela perseguição às suas crenças, etnia, sexo ou modo de vida.

Viva o desenvolvimento...

- 8) O acesso a locais de trabalho, equipamentos, serviços, bens e às outras pessoas não pode fazer-se em detrimento do ambiente, nem estar reservado aos que possuem veículo automóvel.
- 9) As oportunidades para desfrutar e criar cultura, lazer e recreio deverão estar facilmente acessíveis a todos.
- 10) Os recursos serão usados da forma mais eficiente e os desperdícios serão mínimos e, sempre que possível, reutilizados ou reciclados.
- 11) A poluição será restringida aos níveis que os ecossistemas naturais possam reabsorver.
- 12) Toda a biodiversidade será valorizada e protegida.
- 13) Localidades, espaços, edifícios, objectos, etc. deverão saber combinar esteticamente o sentido com a utilidade; os agregados populacionais terão uma «dimensão humana», tanto na escala como nas formas; enquanto, as diferenças e especificidades locais serão valorizadas e protegidas.

Cabe hoje às Organizações Cívicas e Solidárias contribuir para a concretização desta agenda política. Quer actuando no espaço local, em meio urbano ou em meio rural, como o fazem em Portugal as Associações de Desenvolvimento Local, muitas delas reunidas na rede nacional ANIMAR que aqui represento. Quer pressionando, a nível central, junto dos poderes públicos, no sentido da criação de novos instrumentos de participação dos cidadãos na vida política. Quer, ainda, integrando movimentos e estruturas que à escala mundial fomentam o debate e promovem acções visando um desenvolvimento ao serviço da maioria das pessoas e de toda a vida no planeta, e não de uma minoria predadora e dominadora.

O campo do Desenvolvimento Local – como dinâmica de base territorial, de abordagem integrada ou interssectorial e numa perspectiva de crescente participação e «empowerment» das populações – oferece um ponto de convergência privilegiado para a concretização destas duas finalidades políticas: Desenvolvimento Sustentável e Democracia (mais) Participativa. Se pretendemos, realmente, enfrentar as negatividades de uma globalização hegemónica, torna-se necessário reorganizar a vida social e económica a partir de baixo para cima. Para isso, há que aplicar o princípio da subsidiaridade ao domínio económico: detectar as necessidades básicas, inventariar os recursos disponíveis – localidade por localidade. A partir destes levantamentos e diagnósticos, onde técnicos e populações trabalham lado a lado, elaborar em seguida Planos de Acção Local, com base numa estratégia diferenciada, distinguindo os projectos efectivamente endógenos e aqueles em que deverá recorrer-se a contributos à escala regional, nacional ou internacional.

Também se impõe a descentralização e a diversificação de instituições de crédito, de capital risco, de seguros, para que as poupanças locais se apliquem prioritariamente às iniciativas de proximidade. Uma inovação necessária, entre muitas – e numa altura

em que tanto se fala da moeda única europeia – será a criação de «moedas locais», que servirão para retirar do «mercado mundializado» uma parte das transacções realizadas. Certos subsídios, por exemplo, seriam pagos nessa moeda, sob a forma de «cheques» só aceites na aquisição de bens e serviços localmente produzidos, o que fortalecerá as economias e as sociedades locais. Cheques a atribuir, não só a indivíduos (percentagem do salário, do subsídio de desemprego, da pensão de reforma, etc.) mas igualmente a instituições (lares, hospitais, creches, escolas, etc.) que passarão assim a aplicar parte dos seus orçamentos na aquisição de bens localmente produzidos, como entre outros os agroalimentares.

Por esta pequena lista de exemplos se compreenderá a extensão e profundidade das reformas que a afirmação do local e da micro-iniciativa poderá provocar nas nossas sociedades. É que o «local» é muito mais que um eventual quarto plano de aplicação de medidas macro-económicas. O «local» é o único nível em que é possível concretizar a real integração de programas sectoriais e fazê-lo através de uma crescente participação dos cidadãos.

É óbvio que esta abordagem de baixo para cima deve articular-se coerentemente com as políticas centrais em vigor. Por isso, é necessário que os poderes públicos criem um enquadramento realmente favorável à eclosão e consolidação de micro-iniciativas. Para além de legislação e regulamentação não penalizadoras, e incentivadoras de preferência, da pequena dimensão, da micro-empresa, do auto-emprego, há que encorajar organizações de intermediação, tais como comissões locais de desenvolvimento e as associações de desenvolvimento local, para que se constituam, se reforcem e intervenham no âmbito de contratos-plano que lhes reservem suficiente margem de autonomia e lhes garantam a criatividade e a continuidade.

Se a nossa agenda, a agenda das Organizações Cívicas e Solidárias, está de facto repleta de iniciativas necessárias e inadiáveis, é inegável que uma intervenção visando o desenvolvimento sustentável e assente numa democracia participativa só poderá ser eficaz e eficiente se souber apoiar-se num trabalho demorado e paciente de estudos, diagnósticos, análise de processos e instrumentos, métodos e indicadores de avaliação, etc., etc., onde a investigação aplicada desempenha um papel indispensável. O Protocolo hoje celebrado entre a Universidade Lusófona e a rede nacional para o Desenvolvimento Local, ANIMAR, constitui, a meu ver, um importante passo para articular, de forma construtiva e inovadora, organizações e actores que, conjuntamente e nos seus respectivos níveis e espaços, saberão desenhar e levar à prática relevantes trabalhos de intervenção-investigação que nos aproximem, na realidade, de um desenvolvimento sustentável e contribuam para a construção de uma democracia crescentemente participativa.